

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada em 28 de abril de 2025 às 10:00 horas na sede social da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 701, parte, Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres dos Auditores Independentes

Em observância ao art. 133 da Lei 6404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e à Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 204, de 04 de junho de 2024 ("Resolução CVM 81"), a Administração da Companhia informa que foram divulgadas em 27 de fevereiro de 2025 nos websites da Companhia (<https://ri.enel.com>), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), e foram publicados no jornal Monitor Mercantil impresso e digital, em 25 de março de 2025, na forma prevista no art. 289 da Lei das S.A. A Administração da Companhia informa que foram publicados, em 27 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Encontram-se no Anexo I do presente documento os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2024, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme Anexo C, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80").

2. Deliberação sobre a proposta e destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024 e distribuição de dividendos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2024 um lucro líquido R\$670.153.324,09 (seiscentos e setenta milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e nove centavos), o qual adicionado o valor de R\$8.264,85 (oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) referente à reversão de dividendos prescritos, e subtraído o montante de R\$33.508.079,45 (trinta e três milhões, quinhentos e oito mil, setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) referente à reserva legal, alcançou o lucro líquido ajustado passível de distribuição de R\$636.653.509,49 (seiscentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e nove reais e quarenta e nove centavos).

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas que do valor de R\$636.653.509,49 (seiscentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e nove reais e quarenta e nove centavos), seja destinado o montante de R\$159.163.377,37 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), ao pagamento de dividendos. O saldo, no valor de R\$477.490.132,12 (quatrocentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, centro e trinta e dois reais e doze centavos), acrescido o valor de R\$47.139.372,59 (quarenta e sete milhões,

cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando o valor de R\$524.629.504,71 (quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e quatro reais e setenta e um centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2025, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31 de dezembro de 2025, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 0,41880741 por ação ordinária.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 10º da referida Resolução (Anexo II).

3. Fixação do número de membros que irá compor o Conselho de Administração para o próximo mandato:

Nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de até 7 (sete) membros e até igual número de suplentes, os quais terão mandatos coincidentes de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Tendo em vista o término do prazo do mandato dos atuais membros do Conselho de Administração, o acionista controlador propõe que o referido órgão seja composto por 5 (cinco) membros, dos quais 4 (quatro) membros serão eleitos pelos acionistas na Assembleia e 1 (um) será nomeado como representante dos empregados acionistas da Companhia, conforme previsto no artigo 12, §2º, do Estatuto Social.

4. Eleição dos membros do Conselho de Administração, titulares e respectivos suplentes:

A eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia será realizada, em princípio, pelo sistema de votação individual, por meio do qual cada acionista poderá votar em até 4 (quatro) candidatos, sendo declarados eleitos os 4 (quatro) candidatos que receberem mais votos.

Do total dos 5 (cinco) membros a serem eleitos na Assembleia para compor o Conselho de Administração no próximo triênio, 4 (quatro) serão indicados pelos controlador e 1 (um) membro nomeado pelos empregados da Companhia.

Conforme previsto no artigo 12, §2º, do Estatuto Social da Companhia, 1 (um) membro e seu suplente do CA serão eleitos e destituídos, em votação em separado, pelos empregados da Companhia. Nesse sentido, o resultado do processo de votação direta, pelos acionistas empregados da Companhia será homologada por ocasião das Assembleia.

Segue abaixo lista dos candidatos indicados pela Enel Brasil S.A., acionista controladora da Companhia:

Nome	Cargo	Indicação
Francesco Tutoli	Titular	Enel
Francesco Moliterni	Titular	Enel
Marja Ozolins dos Santos	Titular	Enel
Luiz Cesio de Souza Caetano Alves	Titular (independente)	Enel
Alain Rosolino	Suplente	Enel
Antonio Scala	Suplente	Enel
Marco Fadda	Suplente	Enel

Ressalte-se que o processo de indicação dos candidatos acima seguiu as diretrizes gerais e os direcionadores estabelecidos na Política de Indicação e Avaliação de Administradores.

Os acionistas poderão incluir nomes de candidatos ao Conselho de Administração da Companhia no Boletim de Voto a Distância (“Boletim” ou “BVD”), mediante o envio de solicitação por escrito à Diretoria de Relações com Investidores com Investidores, endereço de eletrônico assembleia.rj@enel.com, acompanhada de cópia da documentação que comprove que o signatário tem poderes para representar o acionista, desde que observado o percentual mínimo de participação equivalente a 0,5% do capital social da Companhia e os demais procedimentos e requisitos previstos na Resolução 81 e na Resolução 80, notadamente (i) as informações relativas aos candidatos indicados, conforme previstas no Formulário de Referência, itens 7.3 a 7.6; (ii) cópia do instrumento de declaração de que trata o art. 2º do Anexo K da Resolução 80 ou declaração que obteve do candidato indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (iii) currículo dos candidatos indicados, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso; e (iv) declaração, encaminhada pelos candidatos ao cargo de conselheiro independente, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Anexo K da Resolução 80.

De acordo com a Resolução CVM nº 204 (“Resolução 204”), que entrou em vigor em 02/01/2025, os acionistas poderão apresentar tal solicitação até 25 dias antes da data de realização da Assembleia Geral e a Companhia tem até 20 dias antes da data da realização da Assembleia Geral que tiver como item da ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração para rerepresentar o BVD, com objetivo de incluir candidatos para tal órgão que venham a ser indicados por acionistas detentores de, no mínimo, 0,5% das ações de sua emissão e que cumpram com os requisitos aplicáveis à solicitação, conforme acima descritos

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 da seção 7 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho de Administração da Companhia.

5. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026:

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, será de até R\$ 18.671.103,67 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e um mil, cento e três reais e sessenta e sete centavos), dividida da seguinte forma:

- (i) Remuneração Global Anual dos Membros do Conselho de Administração: até R\$ 532.800,00 (quinhentos e trinta e dois mil e oitocentos reais) e
- (ii) Remuneração máxima dos membros da Diretoria, entre rendimentos fixos e variáveis: até R\$ 18.138.303,67 (dezoito milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e três reais e sessenta e sete centavos), sendo que o valor de até R\$ 12.205.133,86 (doze milhões, duzentos e cinco mil, cento e trinta e três reais e oitenta e seis centavos) referem-se a remuneração fixa e valor de até R\$ 5.933.169,81 (cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos) referem-se a remuneração variável.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/2022”).

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1- Alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para atualização do valor do capital social, conforme aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

A administração propõe a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da

Companhia, de modo a atualizar o valor do capital social e do respectivo número de ações, em decorrência dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reuniões realizadas em 28 de agosto de 2024 e 21 de novembro de 2024, e, conforme homologação do capital social aprovado em 30 de janeiro de 2025.

Em razão da alteração proposta acima, o capital social, consignado no caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia passará dos atuais R\$5.288.230.386,65 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 294.372.134 (duzentos e noventa e quatro milhões, trezentas e setenta e duas mil, cento e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R\$6.953.230.392,30 (seis bilhões, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta centavos), dividido em 380.039.548 (trezentos e oitenta milhões, trinta e nove mil, quinhentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

2- Alteração do item (v) do artigo 10 e dos itens (ii) e (v) do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para extinguir a Diretoria de Engenharia e Construção e modificar as atribuições da Diretoria de Operações de Infraestrutura e Redes.

A Administração propõe a exclusão do item (v) do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia para extinguir a Diretoria de Engenharia e Construção e alteração dos itens (ii) e (v) do artigo 18 do Estatuto Social para deliberar sobre a modificação das atribuições e responsabilidades da Diretoria de Engenharia e Construção pela Diretoria de Operações de Infraestrutura e Redes.

Em atenção ao art. 12 da Resolução CVM 81, o Anexo V desta Proposta contém o relatório detalhando a origem e a justificativa das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia.

3- Celebração de termo aditivo para antecipação dos efeitos da prorrogação do contrato de concessão da Companhia, na forma do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

Em junho de 2024, foi publicado o Decreto nº 12.068/2024, que estabeleceu as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. Na sequência, seguindo o estabelecido no Decreto, a Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou em fevereiro de 2025 o termo aditivo ao contrato de concessão. Com a assinatura do termo aditivo, as distribuidoras formalizarão a prorrogação por mais 30 anos do contrato de concessão, a partir do final da vigência do contrato atual. Ao todo, 19 distribuidoras possuem contratos a vencer entre os anos de 2025 e 2031, incluindo a Companhia (dezembro de 2026).

O Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente à apresentação do requerimento para a prorrogação antecipada da concessão e submete à assembleia geral a aprovação da assinatura do respectivo termo aditivo tendo em vista que, dentre outras alterações, o mesmo estabelece que o descumprimento de indicadores comerciais poderá restringir o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a 25% do lucro líquido, alinhando-se às regras já aplicáveis aos indicadores de qualidade técnica e econômico-financeiro. Este tema ainda será objeto de regulamentação pela ANEEL.

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último ano, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado.

A Companhia encerrou 2024 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,36, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 2,10 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 1,91. Durante o exercício de 2024, o controlador Enel Brasil aportou capital na companhia no montante de R\$ 2.512.227 mil.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controlada para assegurar esta condição.

Esta posição se reflete em seu nível de rating. Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2024
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	2,10
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	1,91
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,36
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,34
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2024
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,75
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,66
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,06

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2024
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	8.442.090
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	4.268.604
TOTAL (R\$ mil)	12.710.694
Capital Próprio (%)	66,42%
Capital de Terceiros (%)	33,58%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2024, 66,42% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 33,58% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2024, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição. No último exercício social, a Companhia não possuía contratos com cláusulas financeiras restritivas (covenants), realizando apenas o acompanhamento do seguinte índice financeiro, conforme apresentado abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Valor de referência	Exercício findo em 31/12/2024
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	3,50	1,91

*Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e, portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social (2024), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos intercompany realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de intercompany, operações bilaterais junto a instituições financeiras e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

No exercício de 2024, foram captados junto a controladores diretos e indiretos o montante de R\$ 990.777 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinanciar dívidas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2024, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuos com partes relacionada, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021, no valor vigente de R\$ 4.100.000 mil. A Companhia está buscando junto ao Regulador ampliar o limite para operações de mútuos financeiros nos próximos anos.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 2.592.620 mil, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia também conta com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar empréstimos junto à sua controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2024
Scotiabank 4131 III (a)	229.837
Scotiabank 4131 IV (b)	137.773
Total de Empréstimos	367.610
<u>Partes Relacionas</u>	
Enel Brasil (c)	3.772.321
CDSA (d)	46.311
CIEN (e)	236.591
Enel Finance International N.V. (f)	313.481
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	4.368.704
Total de Empréstimos e Financiamentos	4.736.314
Instrumentos Financeiros Derivativos	-46.498
Total de Empréstimos e Financiamentos	4.689.816
Circulante	3.510.115
Não Circulante	1.179.701

Características das operações contratadas:

Refer.	Descrição	Valor de ingresso (R\$ Mil)	Data da emissão ou repactuação	Vencimento	Taxa contratual (a.a.)	Pagamentos juros (Periodicidade)	Amortização do principal (Periodicidade)	Finalidade	Garantia
a.	Scotiabank 4131 III	R\$200.000	01/02/2021	03/02/2025	CDI + 1,393%	Semestral	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
b.	Scotiabank 4131 IV	R\$120.000	26/02/2021	26/02/2025	CDI + 1,393%	Semestral	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
c.	Enel Brasil Mútuo 55	R\$750.000	07/07/2020	07/07/2025	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 59	R\$76.599	23/12/2022	22/12/2026	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 60	R\$30.233	26/12/2022	25/12/2026	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 61	R\$14.106	28/12/2022	27/12/2025	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 62	R\$30.203	16/02/2023	16/01/2027	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 63	R\$70.482	17/04/2023	16/04/2025	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 64	R\$45.295	25/04/2023	24/04/2025	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 65	R\$350.836	10/07/2023	09/05/2026	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 66	R\$256.712	07/08/2023	06/06/2026	CDI + 1,30%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 67	R\$30.342	14/08/2023	13/07/2027	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 68	R\$50.567	15/08/2023	14/07/2027	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 69	R\$23.259	17/08/2023	16/07/2027	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 70	R\$50.282	17/11/2023	17/05/2027	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 71	R\$50.580	22/12/2023	21/12/2025	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 72	R\$1.213.670	27/12/2023	26/12/2025	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 73	R\$50.567	28/12/2023	27/12/2025	CDI + 1,15%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 74	R\$101.114	02/01/2024	01/01/2026	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Enel Brasil Mútuo 76	R\$90.679	15/02/2024	15/02/2025	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
d.	Mútuo II Ampla - CDSA	R\$40.220	19/10/2023	18/10/2025	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
e.	Mútuo I Ampla - CIEN	R\$70.794	25/08/2023	24/08/2025	CDI + 1,67%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Mútuo II Ampla - CIEN	R\$91.018	15/09/2023	14/09/2025	CDI + 1,57%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
	Mútuo III Ampla - CIEN	R\$40.459	16/10/2023	15/10/2025	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
f.	Enel Finance International N.V. X (c/ Sw ap)	R\$262.103	03/01/2023	03/01/2025	CDI + 5,76%	Anual	Bullet	Capital de Giro	N/A

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2024
2026	815.494
2027	184.653
	1.000.147

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo e Financiamento - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2024	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	2.820	0,1%
CDI	4.686.996	99,9%
Total	4.689.816	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente, a Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo, principalmente, com a sua controladora.

Diversos bancos, nacionais e estrangeiros, mantêm contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e, também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findos em 31 de dezembro de 2024.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações.

Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2024
Scotiabank 4131 III	229.837
Scotiabank 4131 IV	137.773
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	367.610
Dívida Bruta Total (b)	4.689.816
(a)/(b)	8%

- Protesto de Títulos

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2024):

Não houve financiamentos e empréstimos de longo prazo no exercício de 2024

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	31.12.2024	Análise vertical (%)	31.12.2023	Análise vertical (%)	Variação (%) 2024x2023	Var
Atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	670.153	100%	(191.679)	100%	-449,62%	861.832
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais						
Depreciação e amortização	835.210	124,63%	711.924	-371,41%	17,32%	123.286
Variações cambiais da dívida	247.157	36,88%	(131.642)	68,68%	-287,75%	378.799
Marcação a mercado da dívida	(2.258)	-0,34%	(33.813)	17,64%	-93,32%	31.555
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	(247.150)	-36,88%	470.332	-245,37%	-152,55%	(717.482)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(3.297)	-0,49%	7.680	-4,01%	-142,93%	(10.977)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(369.762)	-55,18%	(344.053)	179,49%	7,47%	(25.709)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	-	0,00%	(106.989)	55,82%	-100,00%	106.989
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	66.256	9,89%	149.234	-77,86%	-55,60%	(82.978)
Perda de recebíveis de clientes	241.928	36,10%	172.000	-89,73%	40,66%	69.928
Atualização monetária de processos judiciais	65.655	9,80%	77.081	-40,21%	-14,82%	(11.426)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	223.409	33,34%	174.466	-91,02%	28,05%	48.943
Juros sobre obrigações de arrendamento	14.880	2,22%	8.750	-4,56%	70,06%	6.130
Juros sobre empréstimos e financiamentos	617.188	92,10%	503.614	-262,74%	22,55%	113.574
Juros sobre operações com instrumento derivativo	137.630	20,54%	-	0,00%	100,00%	137.630
Benefício pós-emprego	31.364	4,68%	29.703	-15,50%	5,59%	1.661
Baixa de ativo intangível	3.917	0,58%	61.684	-32,18%	-93,65%	(57.767)
Baixa de ativo imobilizado	965	0,14%	-	0,00%	100,00%	965
Tributos e contribuições sociais diferidos	(499.088)	-74,47%	(141.598)	73,87%	252,47%	(357.490)
Redução (aumento) dos ativos						
Contas a receber de clientes	(498.185)	-74,34%	(570.844)	297,81%	-12,73%	72.659
Ativo financeiro setorial	-	0,00%	106.989	-55,82%	-100,00%	(106.989)
Créditos a receber - subvenção e outros	(184.172)	-27,48%	10.161	-5,30%	-1912,54%	(194.333)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(28.919)	-4,32%	229.281	-119,62%	-112,61%	(258.200)
Outros tributos compensáveis	240.917	35,95%	99.327	-51,82%	142,55%	141.590
Depósitos vinculados	(96.221)	-14,36%	(19.224)	10,03%	400,53%	(76.997)
Serviços em curso	6.963	1,04%	9.123	-4,76%	-23,68%	(2.160)
Outros créditos	(5.674)	-0,85%	72.040	-37,58%	-107,88%	(77.714)
Redução (aumento) dos passivos						
Fornecedores	260.303	38,84%	(154.293)	80,50%	-268,71%	414.596
Outras obrigações fiscais	(31.592)	-4,71%	66.388	-34,63%	-147,59%	(97.980)
Salários, provisões e encargos sociais	463	0,07%	6.765	-3,53%	-93,16%	(6.302)
Encargos setoriais	(17.813)	-2,66%	26.369	-13,76%	-167,55%	(44.182)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(362.984)	-54,16%	(224.852)	117,31%	61,43%	(138.132)
Passivo financeiro setorial	234.799	35,04%	(60.369)	31,49%	-488,94%	295.168
Outras obrigações	159.203	23,76%	136.556	-71,24%	16,58%	22.647
				0,00%		-
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(85.666)	-12,78%	(309.532)	161,48%	-72,32%	223.866
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(15.403)	-2,30%	(14.094)	7,35%	9,29%	(1.309)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(165.113)	-24,64%	(358.453)	187,01%	-53,94%	193.340
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(51.840)	-7,74%	(46.597)	24,31%	11,25%	(5.243)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(299.373)	-44,67%	(217.392)	113,41%	37,71%	(81.981)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.093.850	163,22%	204.043	-106,45%	436,09%	889.807
Atividades de investimentos						
Adições para ativo imobilizado	(29.138)	-4,35%	(63.786)	33,28%	-54,32%	34.648
Adições para ativo contratual	(1.293.422)	-193,00%	(1.084.602)	565,84%	19,25%	(208.820)
Títulos e valores mobiliários	120.880	18,04%	7.980	-4,16%	1414,79%	112.900
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.201.680)	-179,31%	(1.140.408)	594,96%	5,37%	(61.272)
Atividades de financiamentos						
Aumento de capital	-		300.000	-156,51%	-100,00%	(300.000)
Integralização de capital	2.512.228	374,87%	-	0,00%	100,00%	2.512.228
Captação de empréstimos e financiamentos	990.777	147,84%	2.727.388	-1422,89%	-63,67%	(1.736.611)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.733.704)	-258,70%	(1.975.969)	1030,87%	-12,26%	242.265
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(38.496)	-5,74%	(6.958)	3,63%	453,26%	(31.538)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(16.818)	-2,51%	(110.950)	57,88%	-84,84%	94.132
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.713.987	255,76%	933.511	-487,02%	83,61%	780.476
Transações que não afetam caixa	(915)	-0,14%	40.088	-20,91%	-102,28%	(41.003)
Variação no caixa líquido	1.605.242	239,53%	37.234	-19,43%	4211,23%	1.568.008
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65.262	9,74%	68.143	-35,55%	-4,23%	(2.881)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.670.504	249,27%	105.377	-54,98%	1485,26%	1.565.127

Explicações das principais variações significativas das demonstrações dos fluxos de caixa:

- Variação nas linhas de "Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa" e "Perda de recebíveis de clientes" explicada principalmente por uma mudança na metodologia de cálculo da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a fim de refletir de forma mais assertiva o comportamento dos indicadores de performance de recuperação de crédito observado nos últimos anos.
- Variação na "Depreciação e amortização" referente aumento no volume de amortização em função de incremento na base de ativos amortizados.
- Variação na atualização do ativo financeiro da concessão, em função do efeito positivo não recorrente da revisão tarifária em 2023 compensado parcialmente por uma maior inflação no exercício de 2024.
- Aumento na linha de "Juros sobre empréstimos e financiamentos" e "Juros sobre operações com instrumento derivativo": justificadas principalmente pelos encargos provisionados sobre os novos contratos de mútuos firmados no início de 2024. Além de variação referente a abertura da linha de Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial.
- O crescimento na linha de "Adições para Ativo Contratual" é decorrente do maior volume de investimentos em melhoria e manutenção de rede.
- Variação na linha de "Tributos e contribuições sociais diferidos", explicado em grande parte por um impacto positivo relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários.
- Variação em aumento de capital/integralizações de capital, em decorrência de maiores aportes realizados em 2024, em comparação ao ano de 2023.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2023		Var. % 2024 x 2023
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Operacional Bruta	13.096.173	100,00%	11.838.414	100,00%	10,62%
Fornecimento de Energia Elétrica	8.890.059	67,88%	8.386.824	70,84%	6,00%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.237.269	9,45%	1.013.703	8,56%	22,05%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-113.287	-0,87%	-77.357	-0,65%	46,45%
Subvenção Baixa Renda	282.364	2,16%	198.569	1,68%	42,20%
Subvenção de recursos da CDE	427.291	3,26%	272.693	2,30%	56,69%
Ativo e passivo financeiro setorial	442.804	3,38%	468.377	3,96%	-5,46%
Receita de Construção	1.293.422	9,88%	1.084.566	9,16%	19,26%
Venda de energia excedente - MVE	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável (a)	369.762	2,82%	344.053	2,91%	7,47%
Outras Receitas	266.489	2,03%	146.986	1,24%	81,30%
Deduções da Receita	-4.354.643	-33,25%	-4.041.926	-34,14%	7,74%
ICMS	-2.307.439	-17,62%	-2.020.241	-17,07%	14,22%
PIS - corrente	-148.214	-1,13%	-134.523	-1,14%	10,18%
COFINS - corrente	-683.039	-5,22%	-619.623	-5,23%	10,23%
ISS	-4.488	-0,03%	-4.726	-0,04%	-5,04%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-1.032.300	-7,88%	-1.188.168	-10,04%	-13,12%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-70.999	-0,54%	-63.312	-0,53%	12,14%
Encargos do consumidor - CCRBT	-98.286	-0,75%	-2.175	-0,02%	4418,90%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-9.878	-0,08%	-9.158	-0,08%	7,86%
Receita Operacional Líquida	8.741.530	66,75%	7.796.488	65,86%	12,12%

Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.767.439	-59,31%	-7.125.817	-60,19%	9,00%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.343.760	-33,17%	-3.824.090	-32,30%	13,59%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.046.304	-23,26%	-2.579.215	-21,79%	18,11%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-1.297.456	-9,91%	-988.556	-8,35%	31,25%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	0	0,00%	-256.319	-2,17%	-100,00%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.423.679	-26,14%	-3.301.727	-27,89%	3,69%
Pessoal	-208.726	-1,59%	-214.944	-1,82%	-2,89%
Material e Serviços de Terceiros	-681.378	-5,20%	-709.740	-6,00%	-4,00%
Depreciação e Amortização	-795.209	-6,07%	-673.754	-5,69%	18,03%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-65.231	-0,50%	-149.234	-1,26%	-56,29%
Custo de Construção	-1.293.422	-9,88%	-1.084.566	-9,16%	19,26%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-152.945	-1,17%	-139.815	-1,18%	9,39%
Perda de recebíveis de clientes	-241.928	-1,85%	-172.000	-1,45%	40,66%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	129.998	0,99%	90.918	0,77%	42,98%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-114.838	-0,88%	-248.592	-2,10%	-53,80%
EBITDA	1.769.300	13,51%	1.344.425	11,36%	31,60%
Resultado do Serviço	974.091	7,44%	670.671	5,67%	45,24%
Resultado Financeiro	-881.809	-6,73%	-942.497	-7,96%	-6,44%
Receita Financeira	173.347	1,32%	229.708	1,94%	-24,54%
Renda de aplicação financeira	29.237	0,22%	29.705	0,25%	-1,58%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	37.369	0,29%	40.595	0,34%	-7,95%
Dívida - Marcação a mercado	2.258	0,02%	36.666	0,31%	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	3.297	0,03%	2.534	0,02%	30,11%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	92.019	0,70%	106.989	0,90%	-13,99%
Juros fundo de pensão	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	25.770	0,20%	26.962	0,23%	-4,42%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	-16.603	-0,13%	-13.743	-0,12%	20,81%
Despesas financeiras	-1.054.178	-8,05%	-1.173.311	-9,91%	-10,15%
Dívida - Marcação a mercado	0	0,00%	-2.853	-0,02%	-100,00%
Encargo de dívidas e mútuos	-617.188	-4,71%	-503.650	-4,25%	22,54%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-70.570	-0,54%	-77.081	-0,65%	-8,45%
Encargo de fundos de pensão	-28.650	-0,22%	-27.241	-0,23%	5,17%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-137.631	-1,05%	-348.897	-2,95%	-60,55%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-82.958	-0,63%	-106.176	-0,90%	-21,87%
Outras despesas financeiras	-117.181	-0,89%	-107.413	-0,91%	9,09%
Variações Cambiais	-978	-0,01%	1.106	0,01%	-188,43%
Variações cambiais de dívidas	-247.158	-1,89%	131.642	1,11%	-287,75%
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	247.150	1,89%	-131.649	-1,11%	-287,73%
Outras variações cambiais	-970	-0,01%	1.113	0,01%	-187,15%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	92.282	0,70%	-271.826	-2,30%	-133,95%
Tributos e Outros	577.871	4,41%	80.147	0,68%	621,01%

Lucro Líquido do Período	670.153	5,12%	-191.679	-1,62%	-449,62%

Comparativo do Resultado de 2024 x 2023

O número de consumidores efetivos faturados apresentou uma redução de 3,5% em relação ao registrado em dezembro de 2024 quando comparado ao mesmo período no ano anterior, devido a um efeito pontual em dezembro de 2023, elevando a base de comparação. Tal efeito impactou particularmente os clientes residenciais convencionais e baixa renda, que figuram como as classes de maior representatividade no mercado cativo. Excluindo esse fato não recorrente, a variação teria sido praticamente nula.

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 74,4% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Em 2024, o total de venda de energia no mercado cativo se manteve estável em comparação ao ano anterior, impactado positivamente pelo aumento na classe residencial em decorrência das temperaturas mais elevadas, em particular até o terceiro trimestre, e por outro lado, negativamente pela redução nas classes industrial e comercial relacionado principalmente à migração de clientes para o mercado livre.

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 13,3% em 2024 em comparação a 2023 em razão do crescimento do número de clientes em praticamente todas as classes, sobretudo no setor comercial e setor público, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A, contribuindo para o aumento do consumo.

No setor comercial, destaca-se o aumento do consumo em decorrência do impacto positivo do clima e do bom desempenho econômico do setor, em particular o varejo. Já no setor industrial, a alta na produção do estado impactou positivamente o consumo como um todo, exceto no 4T24, onde houve uma redução produtiva no setor de Petróleo.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou um aumento de 12,1% em 2024, ou R\$ 945,0 milhões, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 8,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia em 2024, alcançou o montante de R\$ 7,4 bilhões, um aumento de R\$ 736,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 6,7 bilhões. Destaca-se a variação em 2024 versus 2023 dos seguintes itens que compõem a receita operacional líquida:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre em R\$ 929,3 milhões explicado pela vigência das bandeiras amarela e vermelha no segundo semestre de 2024, além do aumento do consumo estimulado pelas altas temperaturas registradas no ano;
- Aumento de R\$ 119,5 milhões na linha de Outras Receitas explicado principalmente pelo aumento da venda de energia no mercado de curto prazo (sobrecontratação).

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Aumento nas deduções da receita em 2024, na ordem de 7,7% ou R\$ 312,7 milhões em comparação com 2023, sendo os principais efeitos:
 - (i) Aumento de R\$ 364,1 milhões em Tributos devido ao aumento das rubricas relacionadas ao ICMS e Cofins;
 - (ii) Redução de 51,4 milhões em Encargos Setoriais em função da redução na rubrica referente a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 155,9 milhões) em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 96,1 milhões nas deduções referente a Encargos do consumidor – CCRBT relacionado principalmente à vigência das bandeiras vermelha e amarela segundo semestre de 2024 versus a vigência da bandeira verde ao longo de todo o ano de 2023.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2024 apresentaram um aumento de 9% (R\$ 641,5 milhões) em relação a 2023. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 6,5 bilhões em 2024, o que representa um aumento de 7,2% (R\$ 432,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 4,3 bilhões, resultado 13,6% ou R\$ 519,7 milhões superior em relação ao mesmo período em 2023 em razão principalmente do aumento de R\$ 467,1 milhões na rubrica relacionada a energia comprada para revenda, devido ao aumento no custo de energia em 2024 versus 2023.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis em 2024, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram redução de R\$ 86,9 milhões em comparação a 2023. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Redução de R\$ 133,8 milhões na rubrica de outras receitas/despesas operacionais devido ao efeito não recorrente relacionado às baixas da revisão tarifária ocorrida em 2023;
- Redução de R\$ 84,0 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa explicado principalmente por mudanças na metodologia de cálculo da Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a fim de refletir de forma mais assertiva o comportamento dos indicadores de performance de recuperação de crédito observado nos últimos anos, além das renegociações e recuperação de dívidas relacionadas à itens não relacionados ao fornecimento de energia, como por exemplo aluguel de postes;
- Aumento na receita de multa por impontualidade de clientes no valor de R\$ 39,1 milhões;
- Redução de R\$ 28,4 milhões na linha de materiais e serviços em razão principalmente da primarização;
- Mesmo considerando um aumento da base de colaboradores próprios, observa-se uma redução de R\$ 6,2 milhões na linha de Pessoal referente à uma reversão de provisão relacionado ao pagamento do bônus anual e a reversão retroativa de encargos trabalhistas.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Aumento de R\$ 121,5 milhões em depreciação e amortização devido ao aumento da base de ativos;
- Aumento de R\$ 69,9 milhões em perda de recebíveis de clientes em decorrência de write-off da dívida.

EBITDA

O EBITDA da Companhia totalizou R\$ 1,8 bilhão em 2024, montante 31,6% superior ao valor registrado em 2023 (R\$ 1,3 bilhão) influenciado principalmente pelo aumento da margem em decorrência do maior nível de fornecimento e pela redução do OPEX explicado pela melhora na provisão de devedores duvidosos e na linha de Outras receitas/despesas operacionais.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma despesa líquida de R\$ 881,8 milhões, montante R\$ 60,7 milhões inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, explicado em sua maioria pela redução líquida de despesa no montante de R\$ 66,9 milhões nas rubricas de dívida (Dívida Marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido à redução no volume de dívida, em conjunto com a redução do CDI (10,83% em 2024 vs.13,04% em 2023).

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

O resultado líquido da Enel Rio registrou lucro de R\$ 670,2 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 861,8 milhões em relação a 2023, explicada em grande parte por um impacto positivo de R\$ 615,4 milhões na linha de impostos, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, além da melhora do EBITDA.

Mesmo desconsiderando tal efeito, o lucro líquido da Companhia teria alcançado o valor de R\$ 54,8 milhões, ou um crescimento de R\$ 246,4 milhões em função da melhora no EBITDA e no resultado financeiro, conforme explicado anteriormente.

2.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Companhia). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2024, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica (Mercado Cativo e Livre) atingiu um montante de R\$ 10.723,7 milhões, refletindo um aumento em R\$ 929,3 milhões explicado pela vigência das bandeiras amarela e vermelha no segundo semestre de 2024, além do aumento do consumo estimulado pelas altas temperaturas registradas no ano.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas

em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Reajuste Tarifário Anual 2024

No dia 12 de março de 2024 a diretoria da ANEEL prorrogou as tarifas da Companhia do dia 15 de março de 2024 até uma nova decisão, já que nem todos os diretores da ANEEL estavam presentes na deliberação. Esta decisão ocorreu na ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 19 de março de 2024, onde deliberaram sobre o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 20 de março de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.312/2024) um reajuste de +1,19% composto por (i) reajuste econômico de +6,54%, sendo +4,87% de Parcela A, +1,67% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -5,35%.

Considerando a retirada do componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,26%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,45%.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas nas demonstrações financeiras e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valor das medições não contábeis EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativas ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.769.300

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	670.153
(+) Resultado financeiro	881.809
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	(78.783)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	499.088
(+) Depreciação e amortização	795.209
(=) EBITDA	1.769.300

c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações EBITDA

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Mútuos Enel Brasil

Em 03 de janeiro de 2025, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 35.264. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 03 de abril de 2025 a uma taxa de CDI + 0,85 a.a.

Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 115.868. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 15 de abril de 2025 a uma taxa de CDI + 0,85 a.a.

Em 17 de janeiro de 2025, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 50.377. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 17 de abril de 2025 a uma taxa de CDI + 0,85 a.a.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 77	35.264	03/01/2025	03/04/2025	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 78	115.868	15/01/2025	15/04/2025	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 79	50.377	17/01/2025	17/04/2025	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2024
a. regras sobre retenção de lucros	Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A., o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de 5% do lucro do exercício para constituição de reserva legal até atingir 20% do capital social e o lucro remanescente será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito. Adicionalmente, nos termos do art. 27, §2º do estatuto social e do art. 202, §4º da Lei das S.A., a distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício em que a administração da Companhia informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal dar seu parecer a respeito.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi destinado R\$ 524.629.504,70 para reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi retido 82,4% para reserva de reforço de capital de giro da Companhia.
b. regras sobre redistribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2024, o estatuto social da Companhia previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	O pagamento de dividendos da Companhia ocorre anualmente. No entanto, nos termos do artigo 27, §6º, do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	De acordo com os contratos financeiros celebrados pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide os itens 2.1(f)(iv) deste documento. O 6º Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, celebrado em 14/03/2017 entre a Companhia e a União, também estipula a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404, de 1976) e à reserva para contingências (art. 195 da Lei das S.A.) e reversão desta última reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados e observáveis a partir das demonstrações contábeis regulatórias do ano civil subsequentes entregues à ANEEL.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de novembro de 2023.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2024, os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 481,1 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Plano de Investimentos

Em novembro de 2024, a Enel Rio apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de

energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027. Apenas este ano, serão cerca 350 novos colaboradores para agilizar o atendimento aos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e médias tensão. Além disso, estão em curso a modernização, construção e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tornando o serviço mais eficiente.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2024
Manutenção	491.994
Crescimento	261.342
Novas Conexões	481.146
Financiado pela Companhia	1.234.481
Financiado pelo Cliente	29.416
Total Investido	1.263.897

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;*
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas

ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2024 a Enel Distribuição Rio desenvolveu 17 projetos, em 2024, que beneficiaram cerca de 187 mil pessoas, com um investimento de R\$ 17 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 2,8 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2024, esses investimentos ambientais somaram R\$ 15,6 milhões.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Anexo II - Proposta para Destinação do Lucro Líquido de 2024

Nos termos do Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2024	R\$	670.153.324,09
Lucro líquido Ajustado do exercício 2024 (Passível de Distribuição)	R\$	636.653.509,49

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2024 R\$	2023 R\$	2022 R\$
Montante Global	159.163.377,37	-	-
Valor por Ação	0,41880741	-	-

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, adicionado o valor de R\$8.264,85 (oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) referente à reversão de dividendos prescritos, e subtraído o montante de R\$33.508.079,45 (trinta e três milhões, quinhentos e oito mil, setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) referente à reserva legal, totalizou o lucro líquido ajustado no montante de R\$636.653.509,49 (seiscentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e nove reais e quarenta e nove centavos). Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$159.163.377,37 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos).

A Companhia propõe que a parcela do lucro líquido que excede o valor do dividendo obrigatório, equivalente a R\$477.490.132,12 (quatrocentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e trinta e dois reais e doze centavos), acrescido o valor de R\$47.139.372,59 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando o valor de R\$524.629.504,71 (quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e quatro reais e setenta e um centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos	R\$ 0,41880741

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser feito até 31/12/2025.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

28 de abril de 2025. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

e. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

f. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2024 R\$	2023 R\$	2022 R\$
Lucro Líquido	670.153.324,09	-	-
Lucro Líquido por Ação	1,76337786	-	-
Lucro Líquido por Ação Ordinária	1,76337786	-	-

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024 R\$	2023 R\$	2022 R\$
Dividendos	159.163.377,37	-	-
Proventos totais por ação ordinária	0,41880741	-	-

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$33.508.079,45 (trinta e três milhões, quinhentos e oito mil, setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Para o cálculo da reserva legal, foi deduzido 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme item II § 1º do artigo 27 do Estatuto Social.

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

9. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê no item III § 1º do artigo 27, a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos será correspondente ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual referente ao dividendo mínimo.

10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de

contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 26 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 100% (cem por cento) do valor do capital subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$524.629.504,71 (quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e quatro reais e setenta e um centavos) destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 26, parágrafo primeiro, do Estatuto Social.

c. Descrever como o montante foi calculado

	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	670.153
Absorção dos prejuízos acumulados	-
(-) Reserva legal	(33.508)
(+) Dividendos prescritos	8
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	636.653
Dividendo mínimo obrigatório	(159.163)
Outros resultados abrangentes (benefício pós-em	47.140
Reserva para reforço de capital de giro	524.630

O lucro total do exercício de 2024 alcançou o montante de R\$670.153.324,09 (seiscentos e setenta milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e nove centavos), o qual

adicionado o valor de R\$8.264,85 (oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) referente à reversão de dividendos prescritos, e subtraído o montante de R\$33.508.079,45 (trinta e três milhões, quinhentos e oito mil, setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) referente à reserva legal, alcançou o lucro líquido ajustado passível de distribuição de R\$636.653.509,49 (seiscentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e nove reais e quarenta e nove centavos).

Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$159.163.377,37 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado.

Após acréscimo do valor de R\$47.139.372,59 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), propõe-se que o saldo, no valor total de R\$524.629.504,71 (quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e quatro reais e setenta e um centavos), seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Membros do Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo, que visam atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos e elegibilidade conforme definido em regulamento interno da companhia), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece a seus diretores estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores não estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores não estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece a seus diretores não estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será realizada em linha com o previsto na legislação aplicável.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Remuneração fixa	68%	69%	69%
Remuneração variável	30%	29%	29%
Benefícios	2%	2%	2%
Outros	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Remuneração fixa	74%	75%	75%
Remuneração variável	18%	17%	17%
Benefícios	8%	8%	8%
Total	100%	100%	100%

Para os membros do Conselho de Administração que fazem retirada mensal a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, Não Estatutária e Conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (*Global Reporting Initiative*).

A Companhia nota que, indicadores referentes à projetos específicos relacionados às áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (*Management by Objectives*) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros das Diretorias Estatutária e Não Estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração com a participação da Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela *holding* do Grupo Enel.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia.

A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	8		14
Nº de membros remunerados	2	8		10
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	532.800	7.973.049,78		8.505.849,78
Benefícios direto e indireto	0	2.080.908,58		2.080.908,58
Participações em comitês	0,00	0		0
Outros	0	2.151.175,50		2.151.175,50
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sobre a remuneração da Diretoria Estatutária.		
Remuneração variável				
Bônus	0	5.933.169,81		5.933.169,81
Participação de resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0,00		0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0		0
Observação				
Total da remuneração	532.800,00	18.138.303,67		18.671.103,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	10	0	16
Nº de membros remunerados	1	2	0	3
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				0
Salário ou pró-labore	55.664,96	1.213.797,99	0	1.269.462,95
Benefícios direto e indireto	0	92.964,90	0	92.964,90
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	342.770,85	0	342770,85
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos		0
Remuneração variável				0
Bônus	0	498.856,27	0	498.856,27
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	-	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				0
Total da remuneração	55.664,96	2.148.390,01	0,00	2.204.054,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	9		15,00
Nº de membros remunerados	1	2		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	59.760,00	1.583.397,69		1.643.157,69
Benefícios direto e indireto	0,00	147.789,02		147.789,02
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	908.838,07		908.838,07
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	59.760,00	2.640.024,78		2.699.784,78

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	10		17,00
Nº de membros remunerados	1	2		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	52.000,00	1.431.710,89		1.483.710,89
Benefícios direto e indireto	0,00	65.436,84		65.436,84
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	758.998,27		758.998,27
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	52.000,00	2.256.146,00		2.308.146,00

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	8	0	19
Nº de membros remunerados	2	8	0	6
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.119.803,77	-	7.119.803,77
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.933.169,81	-	5.933.169,81
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	10	0	19
Nº de membros remunerados	1	2	0	6
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.014.448,11	-	1.014.448,11
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	845.373,42	-	845.373,42
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	498.856,27	-	498.856,27
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0		0
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0	0		0

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	9		15,00
Nº de membros remunerados	0	2		2,00
Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	910.797,93		910.797,93
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	645.148,53		645.148,53
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	758.998,27		758.998,27
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	10		17,00
Nº de membros remunerados	0	2		2,00
Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	910.797,93		910.797,93
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	656.148,53		656.148,53
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	758.998,27		758.998,27
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía no último exercício social e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social plano de remuneração baseado em ações.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais

e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2024	
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária
De Emissão da Própria Companhia		
Ações Ordinárias	14	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31.12.2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	7	10
N.º de membros remunerados	1	2
Nome do plano	N/A	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$259.138,30

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	-
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	10	9	10	6	6	7
Nº de membros remunerados	2	2	2	1	1	1
Valor da maior remuneração Real	2.037.204,98	2.147.446,87	1.412.353,41	55.664,96	59.760,00	52.000,00
Valor da menor remuneração Real	111.185,03	931.098,86	1.245.379,42	55.664,96	59.760,00	52.000,00
Valor médio da remuneração Real	1.074.195,01	1.539.272,87	1.328.866,42	55.664,96	59.760,00	52.000,00

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2022	Exercício 2023	Exercício 2024	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	47%	10%	0%	0%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todos os valores foram percebidos em razão do exercício dos respectivos cargos na administração, conforme o caso, dos respectivos controladores diretos e indiretos ou sociedades sob controle comum com a Companhia.

Conselho de Administração				
	2022	2023	2024	Prevista para 2025
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	1.080.070,78	3.623.253,16	1.206.131,82	468.000,00
Fixa	1.080.070,78	3.016.475,24	1.206.131,82	468.000,00
Variável	-	606.778,53	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

Diretoria Estatutária				
	2022	2024	2024	Prevista para 2025
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	8.446.918,77	11.366.001,92	12.783.600,85	10.492.309,66
Fixa	5.743.214,44	8.996.436,43	9.533.744,62	6.898.759,98
Variável	2.703.704,33	2.369.565,49	3.249.856,23	3.593.549,69
Sociedades sob Controle Comum	3.909.470,84	1.577.678,48	1.432.595,94	-
Fixa	2.784.851,28	1.297.209,20	1.251.777,04	-
Variável	1.124.619,56	280.469,28	180.818,90	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8.

Anexo IV – Informações relativas ao membro do Conselho de Administração
Itens 7.3 a 7.6

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidas no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
- l) número de mandatos consecutivos
- m) informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Data de Início do Primeiro Mandato
Francesco Tutoli	28/01/1973	Contador Público	063.450.997-75	Membro Efetivo do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores	Sim	Não	N/A	28/04/2025
Francesco Moliterni	09/07/1971	Advogado	065.747.317-04	Membro Efetivo do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	N/A	Sim	Não	N/A	28/04/2025
Marja Ozolins dos Santos	18/05/1979	Advogada	286.842.398-14	Membro efetivo do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	N/A	Sim	Não	N/A	28/04/2025
Luiz Cesio de Souza Caetano Alves	27/11/1949	Engenheiro	260.679.867-87	Membro efetivo do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	N/A	Sim	Sim	Critério utilizado de acordo com o Art. 7º da Resolução CVM Nº 168/2022	28/04/2025
Antonio Scala	06/02/1980	Administrador	012.767.648-12	Membro Suplente do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	N/A	Sim	Não	N/A	30/04/2024
Alain Rosolino	06/02/1980	Economista	065.642.077-43	Membro Suplente do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	Diretor de Pessoas e Organização	Sim	Não	N/A	30/04/2020
Marco Fadda	28/10/1972	Administrador	286.842.398-14	Membro Suplente do Conselho de Administração	28/04/2025	28/04/2025	Assembleia Geral Ordinária de 2028	N/A	Sim	Não	N/A	28/04/2025

Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Marco Fadda	Graduado em Administração de Negócios na Universidade Degli Studi di Genova, na Itália, possui mais de 25 anos de experiência no Grupo Enel no mundo, com forte atuação na gestão executiva, em ambiente internacional e abordagem intercultural, com ênfase nas áreas de Planejamento e Controle em vários contextos de negócios da Geração, Comercialização e Distribuição. Destaque também na liderança e atuação de projetos globais no campo da eficiência, reorganização e disseminação de melhores práticas. Atuou como Responsável Global de P&C para as linhas de negócio de renováveis e comercialização e atualmente lidera a área Global de Planejamento e Controle financeiro para a Distribuição.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A

Antonio Scala	Possui profunda experiência em negócios de energia em toda a cadeia de valor, tendo ocupado vários cargos em diversos segmentos que vão desde soluções digitais, planejamento e controle, gestão de riscos até gestão geral com total responsabilidade pelo EBITDA. Formou-se em Administração de Empresas, em 2002, em Roma. Iniciou sua carreira na Gucci, posteriormente ingressou na McKinsey & Company onde trabalhou por 5 anos com forte foco no mercado de eletricidade e gás e em finanças corporativas. Ingressou no Grupo Enel em 2009, ocupando o cargo de Head of Risk Management até o final de 2023, quando então assumiu o cargo de CEO do Grupo Enel no Brasil.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Francesco Tutoli	Contador público habilitado na Itália, com mais de 20 anos de experiência em Finanças e Planejamento e Controle em vários contextos de negócios da Enel. Destaque para as atuações como como Head de P&C Enel Brasil, CFO da Enel Argentina, Head de P&C South America Renewable Energy com forte atuação no Brasil e Uruguai. Atualmente ocupar os cargos de Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores da Eletropaulo e Coelce; Diretor Administrativo e Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle da Enel Cien; e Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Enel Trading, Enel Green Power Cachoeira Dourada e da Enel Brasil.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Marja Ozolins dos Santos	Com formação em direito pela PUC-SP, com pós-graduação em processo civil pela PUC-SP, tem em sua trajetória profissional como mediadora no fórum de Santo Amaro/SP e foi Advogada do Escritório de advocacia JAIME CAMILO MARQUES E ADVOGADOS ASSOCIADOS até 2005, quando se tornou advogada pela antiga AES Eletropaulo em 2005, onde se tornou em 2024, Diretora Jurídica da Enel Brasil.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Luiz Cesio de Souza Caetano Alves	Formado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1972 e em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho – em 1975, atualmente atua como Presidente da FIRJAN desde 2024, como Presidente da SINDISAL desde 2002 e como Diretor da Refinaria Nacional de Sal S.A. – Sal Cisne	Presidente – FIRJAN Presidente – SINDISAL Diretor Corporativo – REFINARIA NACIONAL DE SAL S.A. – SAL CISNE	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Alain Rosolino	De nacionalidade italiana, nascido em 02 de dezembro de 1978, com graduação em Economia e mestrado em Gestão de Negócios pela L.U.I.S.S. University (Roma). Exerceu, em 2016, função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., no Chile; participou da integração da Enel Green Power Chile na estrutura do país, durante o período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018; e, de 2018 a 2019, exerceu função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., na Argentina. Atualmente, ocupa os cargos de Diretor de Pessoas e Organização da Enel Brasil, Ampla, Coelce, Eletropaulo, Enel Green Power Cachoeira Dourada e Enel Cien.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Diretor de Pessoas e Organização
Francesco Moliterni	Advogado graduado pela Universidade Frederico II, em Nápoles, iniciou sua experiência profissional como oficial do Comando do Carabinieri (Polícia Militar Italiana), tendo posteriormente desenvolvido sua carreira em empresas como Selex (grupo Finmeccanica) nas posições de Industrial Security Manager e Vice President Industrial Security Officer. Posteriormente, na companhia Leonardo, ocupou diversas posições tais como: Vice President Security Officer, Chief Commercial Officer e, mais recentemente como Country Director Brazil e CEO na Join Venture Leonardo. Ingressou no Grupo Enel em 2024 como Diretor-Presidente da AMPLA.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê de Auditoria não Estatuário

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Data de Início do Primeiro Mandato
Eugenio Belinchon Gueto	05/08/1976	Economista	717.604.471-61	Presidente do Comitê	21/02/2022	21/02/2022	Não há	Não há	Sim	Não	N/A	21/02/2022

Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Eugenio Belinchon Gueto	Licenciado em Ciências Econômicas pela Universidade Complutense de Madrid. Possui MBA Executivo pelo Instituto de Empresa e especialização em Gestão de Riscos pela Harvard Business School. Vinculado ao Grupo Enel desde 1998, ocupou diversas responsabilidades na função de Auditoria Interna na Europa e América Latina. Entre 2009 e 2013 fez parte da função de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Enel como responsável de Enterprise Risk Management para a região Iberia-LatAm. Em 2014, retornou à função de Auditoria Interna, assumindo diferentes responsabilidades em nível latino-americano, incluindo Gerente de Auditoria e Compliance Officer das empresas do Grupo Enel na Colômbia (2016-2019), Chile (2020-2021) e Brasil (desde 2022).	N/A	Não há. O administrador está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- O Sr. Marco Fadda, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Enel Brasil S.A. desde 20/12/2024;
- O Sr. Antonio Scala, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, é Diretor-Presidente e Diretor de Relações Externas e Sustentabilidade da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- O Sr. Francesco Tutoli, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, é Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- A Sra. Marja Ozolins dos Santos indicada para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Enel Brasil S.A desde 20/12/2024
- O Sr. Alain Rosolino, indicado para o cargo de membro suplente Conselho de Administração da Companhia, é Diretor de Pessoas e Organização, da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

d. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

Anexo V – Aprovação da alteração do artigo 5º, do item (v) do artigo 10 e dos itens (ii) e (v) do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Companhia aberta
CNPJ N.º 33.050.071/0001-58 NIRE N.º 3330005494-4

O Conselho de Administração da **Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”)** submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 28/04/2025, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CVM 81/2022, a Administração apresenta a proposta de redação do caput do artigo 5ª do estatuto social , demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	Sem alteração.
ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ R\$5.288.230.386,65 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 294.372.134 (duzentos e noventa e quatro milhões, trezentas e setenta e duas mil, cento e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.	ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ R\$6.953.230.392,30 (seis milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e trinta mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta centavos), dividido em 380.039.548 (trezentos e oitenta milhões, trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.	Alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reuniões realizadas em 28 de agosto de 2024 e 21 de novembro de 2024, conforme homologação realizada em 30 de janeiro de 2025.

ART. 10. A AMPLA será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e por uma Diretoria composta por até 11 (onze) Diretores, sendo eles: I. o Diretor Presidente; II. o Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; III. o Diretor de Mercado; IV. o Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores; V. o Diretor de Engenharia e Construção; VI. o Diretor de Pessoas e Organização; VII. o Diretor de Relações Institucionais; VIII. o Diretor de Comunicação; IX. o Diretor de Regulação; X. o Diretor Jurídico; e XI. o Diretor de Compras.	ART. 10. A AMPLA será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e por uma Diretoria composta por até 11 (onze) Diretores, sendo eles: I. o Diretor Presidente; II. o Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; III. o Diretor de Mercado; IV. o Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações V. o Diretor de Engenharia e Construção; V. o Diretor de Pessoas e Organização; VI. o Diretor de Relações Institucionais; VII. o Diretor de Comunicação; VIII. o Diretor de Regulação; IX. o Diretor Jurídico; e X. o Diretor de Compras.	Alterar o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da extinção da Diretoria de Engenharia e Construção, de modo que será alterado o inciso V.
---	---	---

Art. 18. Além de outras funções que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração, os Diretores terão as seguintes atribuições e responsabilidades: (I) Diretor-Presidente: responsável pela gestão e fiscalização das atividades da Companhia e de sua Diretoria, em todas as áreas; (II) Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes: responsável por coordenar os processos relativos à operação de manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica, gerenciando as atividades dos centros de controle de rede, planos de emergência e demais atividades técnicas que envolvam a garantia de continuidade de fornecimento de energia elétrica aos clientes; (III) Diretor de Mercado: responsável por todos os canais de relacionamento com o cliente e o controle do seguimento dos grandes consumidores, definindo e realizando a estratégia comercial e de marketing e a comunicação comercial para cada segmento de clientes; realizar operações comerciais como faturamento, cobrança e gestão de crédito, gerenciando os processos de atendimento e serviço ao cliente; (IV) Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com	Art. 18. Além de outras funções que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração, os Diretores terão as seguintes atribuições e responsabilidades: (I) Diretor-Presidente: responsável pela gestão e fiscalização das atividades da Companhia e de sua Diretoria, em todas as áreas; (II) Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes: responsável por coordenar os processos relativos à construção, operação de manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica, gerenciando as atividades dos centros de controle de rede, planos de emergência e demais atividades técnicas que envolvam a garantia de continuidade de fornecimento de energia elétrica aos clientes e por gerenciar o planejamento técnico e a execução de obras de alta tensão e alimentadores complementares a expansão da rede, de acordo com as normas de engenharia e construção, garantindo a execução dos projetos de acordo com o cronograma, orçamento e custos. (III) Diretor de Mercado: responsável por todos os canais de relacionamento com o cliente e o controle do seguimento dos grandes consumidores, definindo e realizando a estratégia comercial e de marketing e a comunicação comercial	Modificar o item (ii) do artigo 18 para incluir as atribuições e responsabilidades da Diretoria de Engenharia e Construção pela Diretoria de Operações de Infraestrutura e Redes.
---	--	--

Investidores: responsável pelo planejamento financeiro e pelas atividades de financiamento, tesouraria, risco financeiro e operações financeiras estruturadas, operações bancárias, linhas de crédito (garantias); pela celebração e gestão de contratos e obrigações financeiras; gestão das relações com instituições financeiras e relações com investidores, acionistas, credores, analistas de mercado, agências de classificação de riscos, pela representação da Companhia perante a CVM, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos de regulação e controle dos mercados financeiros e de capitais, e prestação de informações ao público investidor; gestão de seguros; responsável pelas atividades administrativas e de contabilidade, pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis; além de monitorar e apoiar os órgãos de controle interno em suas atividades e fazer a interface com o auditor externo; pela coordenação dos assuntos de natureza tributária e fiscal da Companhia, inclusive em âmbito administrativo e judicial, gestão do cumprimento das respectivas obrigações de tal natureza, bem como pela gestão das relações com autoridades fiscais; pelo planejamento	(IV) Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores: responsável pelo planejamento financeiro e pelas atividades de financiamento, tesouraria, risco financeiro e operações financeiras estruturadas, operações bancárias, linhas de crédito (garantias); pela celebração e gestão de contratos e obrigações financeiras; gestão das relações com instituições financeiras e relações com investidores, acionistas, credores, analistas de mercado, agências de classificação de riscos, pela representação da Companhia perante a CVM, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos de regulação e controle dos mercados financeiros e de capitais, e prestação de informações ao público investidor; gestão de seguros; responsável pelas atividades administrativas e de contabilidade, pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis; além de monitorar e apoiar os órgãos de controle interno em suas atividades e fazer a interface com o	
--	---	--

	estratégico, execução e controle da gestão da Companhia, incluindo formulação, controle e acompanhamento do orçamento e dos indicadores de lucro líquido, dívida líquida, balanço e fluxo de caixa da Companhia;		auditor externo; pela coordenação dos assuntos de natureza tributária e fiscal da Companhia, inclusive em âmbito administrativo e judicial, gestão do cumprimento das respectivas obrigações de tal natureza, bem como pela gestão das relações com autoridades fiscais; pelo planejamento estratégico, execução e controle da gestão da Companhia, incluindo formulação, controle e acompanhamento do orçamento e dos indicadores de lucro líquido, dívida líquida, balanço e fluxo de caixa da Companhia;	
(V)	Diretor de Engenharia e Construção: responsável por gerenciar o planejamento técnico e a execução de obras de alta tensão e alimentadores complementares a expansão da rede, de acordo com as normas de engenharia e construção, garantindo a execução dos projetos de acordo com o cronograma, orçamento e custos.			
(VI)	o Diretor de Pessoas e Organização: responsável pelos assuntos afetos à área de recursos humanos, como definição de políticas salariais; desenvolvimento de competências profissionais; organização e relações sindicais, representando a Companhia perante órgãos e outras entidades do trabalho e da previdência social, além de atividades relacionadas com os fundos de pensão do Brasil e outros benefícios relevantes;	(V)	o Diretor de Pessoas e Organização: responsável pelos assuntos afetos à área de recursos humanos, como definição de políticas salariais; desenvolvimento de competências profissionais; organização e relações sindicais, representando a Companhia perante órgãos e outras entidades do trabalho e da previdência social, além de atividades relacionadas com os fundos de pensão do Brasil e outros benefícios relevantes;	
(VII)	o Diretor de Relações Institucionais: responsável pelas atividades de relacionamento institucional da Companhia com órgãos e entidades governamentais, da administração direta ou indireta, e com instituições	(VI)	o Diretor de Relações Institucionais: responsável pelas atividades de relacionamento institucional da Companhia com órgãos e entidades governamentais, da administração direta ou indireta, e com instituições	

(VIII) de classe, bem como pela implementação de ações para preservar a imagem institucional da Companhia; o Diretor de Comunicação: responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marca da Companhia no País, coordenando a execução de eventos, promoções, patrocínios, campanhas de publicidade comercial e institucional e outras iniciativas de comunicação externa; e pela promoção das relações com a mídia nacional e emissão de comunicados de imprensa, além de desenvolver e coordenar projetos de comunicação interna e nas mídias sociais; (IX) o Diretor de Regulação: responsável pela definição e promoção dos interesses da Companhia em relação a assuntos e questões regulatórias do setor elétrico e de defesa da concorrência; representação junto aos agentes reguladores e demais órgãos do setor elétrico e da defesa da concorrência; (X) o Diretor Jurídico: responsável pela coordenação, execução e controle dos assuntos afetos à área jurídica, inclusive a defesa da Companhia em todas as esferas judiciais e/ou administrativas, exceto no que se refere a assuntos de natureza tributária e fiscal; (XI) o Diretor de Compras: responsável pela gestão e qualificação de fornecedores, compras de	(VII) de classe, bem como pela implementação de ações para preservar a imagem institucional da Companhia; o Diretor de Comunicação: responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marca da Companhia no País, coordenando a execução de eventos, promoções, patrocínios, campanhas de publicidade comercial e institucional e outras iniciativas de comunicação externa; e pela promoção das relações com a mídia nacional e emissão de comunicados de imprensa, além de desenvolver e coordenar projetos de comunicação interna e nas mídias sociais; (VIII) o Diretor de Regulação: responsável pela definição e promoção dos interesses da Companhia em relação a assuntos e questões regulatórias do setor elétrico e de defesa da concorrência; representação junto aos agentes reguladores e demais órgãos do setor elétrico e da defesa da concorrência; (IX) o Diretor Jurídico: responsável pela coordenação, execução e controle dos assuntos afetos à área jurídica, inclusive a defesa da Companhia em todas as esferas judiciais e/ou administrativas, exceto no que se refere a assuntos de natureza tributária e fiscal; (X) o Diretor de Compras: responsável pela gestão e qualificação de fornecedores, compras de	
---	--	--

materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral.	materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral.	
--	--	--